



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA Nº 005/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços médicos de plantonista, médico auditor, diretor técnico e clínico, médico perito e clínico geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: GLOBO MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP CNPJ nº 17.713.721/0001-41

I – SÍNTESE DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE

A empresa GLOBO MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP apresentou IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO em epígrafe, em face ao contido no subitem 5.2.2.3 do item 5.2.2 Habilitação Técnica integrante instrumento convocatório.

Em síntese, a empresa GLOBO MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP descreve em sua IMPUGNAÇÃO, quanto edital de Concorrência nº 005/2017, as seguintes alegações a seguir expostas:

“Compulsando o Edital da Concorrência Pública n.º 05/2017, verifica-se que no item 5.2.2.3, ao tratar da Habilitação Técnica, exigir-se-á do licitante Declaração do Responsável Técnico, vinculado ao CRM, aceitando a incumbência de Responsabilidade Técnica pelo objeto licitado. Vejamos.

5.2.2.3 Declaração do Responsável Técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Medicina/CRM, indicado pela empresa, aceitando a incumbência de Responsabilidade Técnica pelo objeto licitado.

Alega que a exigência do dispositivo não pode ser imposta aos licitantes por duas razões: “a) cria despesa para a licitante antes da adjudicação do objeto, eis que terá de contratar ou modificar o contrato de trabalho do profissional em seu quadro, remunerando-o adequadamente; b) cria uma assunção de responsabilidade pelo objeto sem sequer saber se, de fato, vencerá o certame.”

Propõe que esta exigência seja condição de contratação no momento da assinatura do contrato com o licitante vencedor.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Menciona que a lei nº 8.666/93 estabelece um rol taxativo de documentos que podem ser exigidos para fins de habilitação técnica, colacionando o artigo 30, incisos I a IV da norma de licitações e contratos administrativos.

Requer ao final a suspensão da sessão pública designada para o dia 09/11/2017 com a retificação do edital para retirar a exigência.

É em síntese o relatório.

II - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO

A Comissão Permanente de Licitações recebe a impugnação, eis que realizada tempestivamente e atendidas os pressupostos de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

Assim passa a Comissão Permanente de Licitações a esclarecer.

Preliminarmente, importante destacar que tanto o disposto no item 5.2.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA do Edital de Concorrência nº 005/2017 quanto a lei de licitações devem ser interpretados para o caso em comento de forma sistemática e não isolada como pretende a parte impugnante.

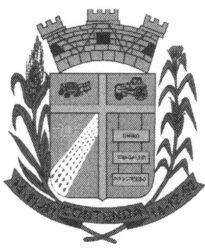
Vejamos que o disciplina o instrumento convocatório no item 5.2.2 e subitens, *in verbis*:

5.2.2 Habilitação Técnica

5.2.2.1 *Certidão de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina/CRM, dentro de seu prazo de validade.*

5.2.2.2 *Ofício indicando o Responsável Técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Medicina/CRM da empresa que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços licitados, acompanhado de prova que pertence ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de contrato social, no caso de sócio; cópia da carteira de trabalho ou contrato particular de prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor(a) da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório; ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CRM onde conste como responsável técnico).*

5.2.2.3 *Declaração do Responsável Técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Medicina/CRM, indicado pela empresa, aceitando a*



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

incumbência de Responsabilidade Técnica pelo objeto licitado.

5.2.2.4 *Certidão/Declaração de inscrição do Responsável Técnico junto ao CRM, dentro do prazo de validade.*

5.2.2.5 *Declaração de que dispõe de profissional(is) necessário(s) à perfeita e completa execução do objeto licitado.*

5.2.2.6 *Comprovação de aptidão da proponente, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, considerando a aptidão pela natureza de Serviços Médicos.*

A Comissão de Licitação reportando-se a questão ora impugnada concluiu que a empresa interessada deve harmonizar e compatibilizar todos os itens referentes à qualificação técnica constantes do edital, inexistindo incongruências, irregularidades ou ilegalidades que venham interferir no prosseguimento do certame até sua conclusão.

A dicção do artigo 30, incisos I e II combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93 trata que: A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

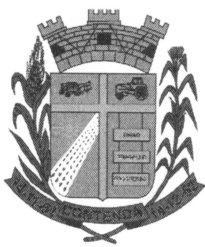
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º - A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

*I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta,** profissional de*



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Destarte, a qualificação técnico-profissional, ou seja, do profissional indicado pela licitante para atuar como responsável técnico pela execução dos serviços é àquela prevista no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93.

Adiante, o mesmo artigo em seu § 10, dispõe que:

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

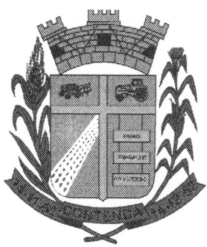
Portanto, é possível deduzir que inexistente qualquer ilegalidade ou restrição de competição para o disposto no item atacado pela empresa impugnante, pois o instrumento convocatório não extrapola as vedações legais. Assim, trata a sistemática do item 5.2.2 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

A uma, o item 5.2.2.1 dispõe da necessidade de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina, e conforme legislação vigente (Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, e as Resoluções CFM 997 de 23 de maio de 1980 e a 1980 de 11 de julho de 2011), os responsáveis técnicos das empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos inscritos nos conselhos regionais de medicina devem, obrigatoriamente, serem médicos, o que induz a existência de representante profissional legalmente habilitado para tanto;

A duas, o subitem 5.2.2.2 trata de diversas formas de comprovação de provas que o indicado pertence aos quadros permanentes da empresa, inclusive de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CRM onde conste como responsável técnico; e

A três, o subitem 5.2.2.4 trata da apresentação de Certidão/Declaração de inscrição do responsável técnico junto ao CRM.

A título de *exempli gratia* o próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em certames deflagrados pelo órgão, disciplina a exigência de declaração de anuência do profissional indicado na data da proposta, o que



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

induz pela sua legalidade. Vejamos o que trata o edital de CONCORRÊNCIA N.º 02/2016 daquele órgão:

9.1.2. Para fins de qualificação técnica:

9.1.2.1. Prova do registro ou inscrição da empresa licitante junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, que comprove atividade relacionada com o objeto do presente certame.

9.1.2.2. Atestado de capacidade técnico-profissional, comprovando que o licitante possui vínculo profissional, na data prevista para a entrega da proposta, com profissional(ais) de nível superior, engenheiro(s) civil(is)/mecânico(s) ou arquiteto(s), inscrito(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de Atestado de Capacidade Técnico-Profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região onde os serviços foram executados, comprovando a execução, para pessoa jurídica de direito público ou privado, que não a própria licitante (CNPJ diferente), de serviços de instalação de, no mínimo: a) 25m (vinte e cinco metros) de corrimão em aço inox e 15m (quinze metros) de guarda-corpo composto por elementos de aço inox e vidro; b) 80 m² (oitenta metros quadrados) de revestimento em mármore e/ou granito.

*9.1.2.3. A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação: i) de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como empregador; ii) de contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; iii) de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, **desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.** (grifo nosso)*

Então, não se vislumbra óbices legais para que a simples declaração de aceitação de incumbência de Responsabilidade Técnica seja impedimento do caráter competitivo da licitação e tão pouco ensejo para oneração prévia à contratação como quer a impugnante.

Deste modo, infere-se imperiosa necessidade que o Responsável Técnico indicado pela participante na forma disciplinada no subitem 5.2.2.3 do Edital preste simples declaração aceitando a incumbência de Responsabilidade Técnica pelo objeto licitado na data da proposta e entrega de envelopes.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Assim, se o profissional indicado como Responsável Técnico assume os deveres de desempenhar suas atividades de modo a assegurar a execução satisfatória do objeto ora licitado, é possível entender que os requisitos de qualificação profissional foram atendidos de forma objetiva, ou seja, atende o objeto de forma concreta e não subjetiva.

Diante de todo exposto, recebemos a impugnação apresentada, em face de sua tempestividade e no mérito, julgar **IMPROCEDENTE** e informar que o certame licitatório em referência atende aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações e regramentos vigentes.

Não obstante, informamos que o edital em comento, permanecerá da forma em que se encontra por não negar vigência aos preceitos legais, bem como pelo procedimento de contratação de serviços especializados atender a todos os requisitos da legislação mencionada, sem qualquer prejuízo, entendendo pela legalidade do instrumento convocatório, mantendo inalteradas as exigências do edital da Concorrência nº 005/2017, bem como o dia e horário de entrega de envelopes e sua abertura.

Dê ciência à Impugnante, e a divulgação desta decisão para conhecimento geral dos interessados junto ao site: www.contenda.pr.gov.br link "LICITAÇÕES".

Contenda, 07 de novembro de 2017.


FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações